

# O SURGIMENTO E AUMENTO DA POPULAÇÃO DAS PERIFERIAS DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

## THE DEVELOPMENT AND INCREASE OF THE POPULATION OF THE PERIPHERIES OF THE WEST REGION OF SANTA CATARINA: A THEORETICAL APPROACH

Gláucia Cristina Sopran<sup>1</sup>

André Luís Debarba<sup>2</sup>

### RESUMO

O Brasil tem vivenciado um crescimento econômico bastante sólido, o que pode ter influenciado nas taxas de urbanização do país. A região oeste de Santa Catarina tem sido uma das mais representativas no que diz respeito a migração e a urbanização, e isto está diretamente relacionado com a economia da região. Os pequenos municípios do estado de Santa Catarina possuem a economia sustentada por atividades agrícolas, agropecuárias e agroindustriais. As cidades não estão preparadas para receber grandes quantidades de pessoas oriundas do campo. Estas vem crescendo de forma descontínua, sem que sejam realizados planejamentos. Este fato faz com que a qualidade de vida das pessoas seja afetada, haja vista que se torna difícil a disponibilização de lazer, saúde, emprego, habitação e educação eficaz para todos. Diante do exposto, o presente estudo possui por objetivo realizar uma abordagem teórica acerca do surgimento das periferias nas cidades e o aumento da população nestes locais, considerando o desenvolvimento econômico e o surgimento das agroindústrias na região. O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, podendo ainda ser caracterizado como uma pesquisa explicativa e bibliográfica. Pode-se constatar que em 1980 a população das áreas rurais ainda era maior do que aquela das áreas urbanas. No entanto, com o passar dos anos, este fato tem se invertido, fazendo com que, cada vez mais, a população urbana fosse maior do que a população rural na região. Diante dos dados obtidos, fica evidente que o êxodo rural no este catarinense foi intensificado a partir dos anos 90.

**Palavras-chaves:** Migração. Oeste catarinense. Economia regional. Periferias. Êxodo rural.

### ABSTRACT

Brazil has experienced a very solid economic growth, which may have influenced the rates of urbanization in the country. The western region of Santa Catarina has been one of the most representative in terms of migration and urbanization, and this is

---

<sup>1</sup>Pós-graduanda em Desenvolvimento Regional Sustentável pela FAI Faculdades, E-mail: glaucia.cristina.s@hotmail.com.

<sup>2</sup>Professor da FAI Faculdades de Itapiranga/SC. E-mail: arquitetura@seifai.edu.br.

directly related to the region's economy. The small municipalities of the state of Santa Catarina have the economy sustained by agricultural, agricultural and agroindustrial activities. Cities are not prepared to receive large numbers of people from the countryside. These have been growing in a discontinuous way, without any planning being carried out. This fact makes the quality of life of people affected, since it is difficult to provide leisure, health, employment, housing and education effective for all. In view of the above, the purpose of this study is to provide a theoretical approach to the emergence of peripheries in cities and the increase of population in these cities, considering the economic development and the emergence of agroindustries in the region. The present study is a qualitative research, and can be characterized as an explanatory and bibliographic research. It can be seen that in 1980 the population of rural areas was still larger than that of urban areas. However, over the years, this fact has been reversed, causing, increasingly, the urban population to be larger than the rural population in the region. Given the data obtained, it is evident that the rural exodus in the east of Santa Catarina intensified from the 90s.

**Keywords:** Migration. West of Santa Catarina. Regional economy. Peripheries. Rural exodus.

## 1 INTRODUÇÃO

Os fluxos migratórios geralmente ocorrem em municípios e capitais dos quais demandam grandes quantidades de pessoas para a realização de mão-de-obra. De acordo com Matos (2012), este fato deve ser considerado como sendo incontestável ao longo do desenvolvimento da vida humana, tanto no Brasil quanto nas mais diversas partes do mundo. No entanto, existem outros fatores que podem motivar a ocorrência destes fluxos, inclusive em outras regiões.

O fluxo migratório pode ser, para parte da população, por diversas vezes, praticamente obrigatório. De acordo com o autor, isto pode acontecer em decorrência de fatores econômicos, financeiros, religiosos ou, até mesmo, ecológicos (MATOS, 2012).

Segundo D'Ottaviano et al., (2008) nos últimos anos, a expansão das cidades tem sido caracterizada pela criação de dois municípios diferentes, sendo um caracterizado por ser aquele localizado nas regiões centrais, legalizado, que concentra parte da população das classes média e alta e outro município dado como ilegal, sendo aquele destinado às residências da população de classe baixa, que são marcados pela criação de lotes e loteamentos irregulares, localizando-se, geralmente, nas regiões municipais onde ocorre a instalação de favelas e periferias.

O fluxo migratório tem gerado preocupação em grande parte da população, sendo objeto de pesquisa de diversos estudiosos como Matos (2012), Rolnik e Klink (2011), D'Ottaviano et al. (2008), Oliven (2010), entre outros. Estes estudos, para tanto, fazem-se necessários, uma vez que servem de suporte para responder a questionamentos a cerca de quem perde com a ocorrência dos fenômenos de migração, refletindo sobre as consequências que podem ocorrer nos locais de destino e de origem do migrante e suas famílias.

A ocorrência da migração para as cidades não é decorrente de apenas um motivo. Esta pode acontecer em virtude de diversos fatores distintos. No entanto, estes fatores devem ser bastante convincentes para que o migrante opte por o fazer, uma vez que, geralmente, os indivíduos não desejam sair de seus locais de origem e perder seus vínculos com a população local, com seus amigos e seus familiares.

Apesar de em alguns casos ser a única alternativa para o indivíduo, a migração não é um processo fácil de ser enfrentado, haja vista que coloca o indivíduo e suas famílias em situações ameaçadoras e constrangedoras, principalmente quando ocorre nas cidades.

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado um crescimento econômico bastante sólido, o que pode ter, certamente, influenciado nas taxas de urbanização do país. De acordo com o IBGE (2010), a taxa de urbanização brasileira no ano de 1940 era de 31,24%. Desde então, a concentração de pessoas nas áreas urbanas do país tem crescido consideravelmente, chegando a 84,36% em 2010, ano de realização do último censo. Estes dados indicam que a migração no Brasil cresceu, aproximadamente, três vezes.

Como já mencionado, a migração não é um fenômeno que ocorre apenas nas grandes capitais. A região oeste de Santa Catarina tem sido uma das mais representativas no que diz respeito a migração e a urbanização, e isto está diretamente relacionado com a economia da região. De acordo com Ferrari e Ramos (2003), os pequenos municípios do estado de Santa Catarina possuem a economia sustentada por atividades agrícolas e agropecuárias e as agroindustriais, e este pode ser um fator influente nas taxas migratórias da região.

De acordo com Vinholi e Martins (2012), a migração do campo para a cidade na região oeste do estado de Santa Catarina tem ocorrido por diversos motivos. No entanto, o principal deles diz respeito a ausência de perspectivas que permitam o desenvolvimento de uma vida melhor. Este fator faz com que a maior parcela dos

jovens migrem para a área urbana de suas cidades, com o intuito de obterem melhores oportunidades do que aquelas concedidas no ambiente rural.

Entretanto, ao migrarem para a cidade, grande parte destes jovens não apresentam condições financeiras de viverem nas cidades legais definidas por D'Ottaviano et al. (2008), e necessitam viver em locais mais vulneráveis – as cidades ilegais -, dos quais apresentam custos de manutenção de vida inferiores.

As agroindústrias também apresentam um papel importante neste quesito. De acordo com Silva (2007), a geração de uma empresa, fábrica ou indústria, principalmente àquelas de grande porte, atraem grande quantia de pessoas na região em que se instala, uma vez que promove a geração de oportunidades de emprego direta e indiretamente, de modo que prestadores de serviços e novos imóveis acabem por se instalar em seus arredores.

As cidades certamente não estão preparadas para receber grandes quantidades de pessoas oriundas do campo. Estas vem crescendo de forma bastante descontínua, sem que sejam realizados planejamentos. Este fato faz com que a qualidade de vida das pessoas seja afetada, haja vista que se torna difícil a disponibilização de lazer, saúde, emprego, habitação e educação eficaz para todos (SILVA, 2007).

Diante do exposto, o presente estudo possui por objetivo realizar uma abordagem teórica a cerca do surgimento das periferias nas cidades e o aumento da população nestes locais, considerando o desenvolvimento econômico e o surgimento das agroindústrias na região oeste do estado de Santa Catarina.

Para isto, o presente artigo será dividido em diferentes seções, dentre as quais ao longo da fundamentação teórica tratar-se-á do crescimento e do desenvolvimento urbano, do fenômeno da migração, do aumento das periferias. Posteriormente, serão abordados os procedimentos metodológicos e os resultados obtidos na pesquisa, sobre as características socioeconômicas do oeste catarinense, da migração, do êxodo rural e do aumento das periferias na região.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO URBANO**

De acordo com Santos (1998) a urbanização no Brasil teve início em meados da década de 50, sendo esta desenvolvida em virtude da expansão do espaço urbano e do aumento considerável da população. Nesta época, grande parte dos moradores da zona rural migraram para a área urbana em busca de melhores condições de vida, surgindo, de certo modo, uma relação direta entre a metropolização e o emprego.

Para Silva (2007), a urbanização tem sua origem em uma consequência bastante antiga, uma vez que, com a crise ocorrida no sistema colonial, desenvolveram-se mudanças importantes que beneficiaram e favoreceram o mercado das áreas urbanas, fazendo com que a massa da mão-de-obra instalada nas áreas rurais migrasse para estas outras. Para Deák e Shiffer (1999) o Brasil, que era um país movido economicamente pela agricultura, no entanto, passou a ser extremamente urbanizado.

De acordo com Silva e Santos (2011), a configuração dos espaços urbanos se dá, na maioria das vezes, em virtude das configurações existentes quanto as relações econômicas, as relações culturais e também sociais que são desenvolvidas pela sociedade que, com o passar do tempo reconfigura os seus espaços de socialização e de convivência.

Segundo Silva (2007), as cidades são estruturadas de acordo com os resultados oriundos de suas histórias. Logo, é por meio da urbanização e da colonização que um espaço define todas as causas de desigualdade existentes (SILVA, 2007).

A dispersão e a divisão que acontece nos espaços urbanos está sempre relacionada aos aspectos socioeconômicos apresentados por parte dos municípios. De modo geral, os indivíduos que apresentam elevado poder aquisitivo se instalam nos centros dos municípios, locais estes em que a qualidade de vida é mais elevada e os terrenos mais bem localizados. Os indivíduos que apresentam menor poder aquisitivo, no entanto, acabam por se instalar nas regiões mais longes do centro, onde os terrenos apresentam valores inferiores (BAENINGER, 2010; TOMASI et al., 1996).

Diante do exposto, pode-se afirmar que a urbanização no espaço brasileiro tem causado uma série de modificações nos setores cultural, socioeconômico e político nas mais diversas localidades do país (SILVA & SANTOS, 2011). De acordo

com Soares (2006) são as dispersões que ocorrem no espaço urbano que tem motivado a geração e desenvolvimento de novas periferias.

Neste contexto, as cidades acabam por surgir com o intuito de promover a integração entre todos os espaços visando, entretanto, realizar um aumento e aprimoramento de suas independências. No entanto, ainda assim, isolamentos de ordem cultural e socioeconômica continuam se desenvolvendo por diversos fatores, dentro de seus espaços (ROLNIK & KLINK, 2011; OLIVEN, 2010).

Diferentemente do que muitos imaginam, nem todos os municípios se desenvolvem ao mesmo tempo em que crescem e se expandem (SILVA & SANTOS, 2011). Para Rolnik e Klink (2011), na maioria das vezes, o desenvolvimento acaba por ocorrer sem ao menos a obtenção de infraestrutura básica em determinadas regiões dos municípios – as mais pobres.

Para D'Ottaviano et al. (2008), o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil tem provocado a criação de municípios que são caracterizados pela presença de assentamentos um tanto quanto precários, dos quais apresentam riscos de vida por conta da possível ocorrência de deslizamentos, acessos bastante precários por conta das deficiências na infraestrutura, possíveis inundações, condições limitadas de habitabilidade, contaminação de subsolo, dificuldades no acesso a equipamentos e serviços urbanos e, ilegalidade nas regularizações fundiárias.

Matos (2012) afirma que quando se trata de urbanização, deve-se, concomitantemente, tratar do fato de viver em locais densos, e de acordo com o autor, os tamanhos relativos destes núcleos habitados pela população, certamente, possuem algo a dizer. Estas áreas, esta fração da população e a infraestrutura destes locais são marcadas por serem bastante densas, o que torna evidente a necessidade de redefinir os termos urbano e cidade.

## 2.2 O FENÔMENO DA MIGRAÇÃO

Para Flores (2010) a migração consiste em um fenômeno de mobilidade. De acordo com a Repórter Brasil (2012) a migração é dada pelo deslocamento de pessoas, podendo esta ser de um país para outro, ou do local em que se vive para outro, dentro do mesmo país.

Para Lee (1980) a migração pode ser entendida como sendo uma mudança de caráter semipermanente, ou então, permanente, de residência de um indivíduo. Para o autor, não existem limites quanto a distância necessária para a ocorrência do deslocamento. Do mesmo modo, não cabe definir se ela é compulsória ou voluntária, como também se ocorre dentro do território nacional, ou não.

De acordo com Abud et al. (2008), no entanto, é extremamente complicado que um conceito possa ser atribuído ao termo migração, considerada a complexidade que envolve a ocorrência deste fenômeno, o que torna praticamente impossível traduzir todos os processos que estão por traz da ocorrência da migração, em si.

De acordo com Oliveira e Jannuzzi (2005), os fatores que motivam a migração tem sido tema pouco estudado por pesquisadores e estudiosos. Comumente abordadas em pesquisas de abordagem qualitativa, as razões que levam os indivíduos a migrarem, geralmente, não são apresentadas ao leitor.

Para Perdomo (2006), a migração das populações tem sido um fenômeno amplamente conhecido, e, para a motivação de sua ocorrência, diversos fatores contribuem. As causas que motivam a migração podem ser de ordem política, natural ou econômica: a instabilidade política; avanços nas tecnologias que facilitam a realização de viagens; pobreza e desemprego; a comercialização e o efeito do intercâmbio; entre outros (PERDOMO, 2006).

Perdomo (2006) afirma que a migração de populações geralmente ocasiona grande repercussão entre os migrantes e as pessoas da sociedade onde estes, mais tarde, se instalam. De acordo com o autor, os efeitos da migração podem interferir em diversos fatores, como a saúde pública e o âmbito sociocultural, por exemplo. Esta, pode ser forçada, voluntária, ou então, planejada. No entanto, independente do fator que a motivou, causa grande estresse na vida do indivíduo que a realiza (PERDOMO, 2006).

Abud et al. (2008) afirmam que, de modo geral, a migração pode obter duas distintas classificações, podendo ser: internacional, quando se têm a saída de indivíduos de um país para outro; ou interna, quando o deslocamento ocorre dentro do território nacional em que o indivíduo reside. Considerando o foco regional do presente estudo - o oeste catarinense -, pode-se afirmar que a migração é, predominantemente, do tipo interna, a qual envolve o êxodo rural, a migração urbano-urbano, ou, a migração diária.

### 2.3 O AUMENTO DAS PERIFERIAS

Pequeno (2008) define periferia como sendo um assentamento precário composto por populações que apresentam baixa renda. Tais locais, de acordo com o autor, são caracterizados por serem ocupados ilegalmente, de forma densa e intensa, apresentando infraestrutura e serviços públicos deficientes (MARQUES, 2007; SILVA, 2007).

O processo de favelização das cidades foi desencadeado por diversos fatores, de acordo com Pequeno (2008) e Serpa (2007), o crescimento populacional, a migração, a elevada procura por habitações, as condições financeiras que impediam a aquisição de terrenos em locais com maior infraestrutura, entre outros.

Para que se torne possível o entendimento a cerca do surgimento das periferias no oeste catarinense, é extremamente necessário que sejam abordados os contextos a cerca da industrialização e do êxodo rural, principalmente.

De acordo com Martins (2012), a presença das indústrias certamente provoca modificações no âmbito das cidades. Inicialmente, os municípios apresentavam atividades econômicas voltadas, apenas, a distribuição e ao comércio de produtos. No entanto, com o surgimento das indústrias, estes passam a desempenhar, de certo modo, a função de produtores destes produtos. Martins (2012) ainda destaca que, muito além do exposto, as indústrias ainda exigem, no âmbito urbano, uma série de serviços para que possam se instalar e operar, necessitando, além disso, grandes quantidades de mão-de-obra.

Pochmann (2003) destaca que, inicialmente, para que as indústrias pudessem se instalar, os municípios acabavam por construir vias, sistemas para a distribuição de energia elétrica e conjuntos habitacionais para que os trabalhadores da própria indústrias pudessem ter as condições mínimas de sobrevivência durante suas atividades profissionais. No entanto, a atração populacional que era gerada pela presença das indústrias era inevitável e os municípios, por meio da arrecadação de impostos, não investiram na melhoria e aumento da infraestrutura da área urbana para o recebimento destas pessoas. Deste modo, os municípios acabaram encontrando-se sem condições de fornecimento de serviços públicos para toda a população. Diante do exposto, Ribeiro (2008) destaca que as consequências foram

a criação das metrópoles, a favelização e a ocupação de áreas de risco pelas pessoas/migrantes.

Mueller e Martine (1997) afirmam que o êxodo rural também tem sido um dos motivos que incentivaram a ocorrência de migrações populacionais da zona rural para a zona urbana, ocasionando, de certo modo, um arranjo desordenado das cidades. E isto contribuiu para o surgimento e desenvolvimento de novos aglomerados – as chamadas periferias.

Andrade e Serra (1998) afirmam que, em virtude do êxodo rural, obteve-se um aumento rápido e considerável da população nas áreas urbanas, e, ao invés de isso incentivar o crescimento das cidades, têm provocado uma espécie de inchaço nelas. Isto ocorre porque, de acordo com Gonçalves (2001), as cidades não possuem estrutura física para que as pessoas da área rural possam se acomodar nas áreas urbanas.

Pequeno (2008) destaca que, ao passo que as periferias se consolidavam e cresciam, passaram a ser vistas como importunas nas áreas urbanas, uma vez que, aos olhos de determinados agentes, apresentavam diversos problemas tornando-as referência para a efetivação da exclusão social. Com isso, as periferias passaram a ser concebidas como verdadeiras promotoras da degradação ambiental, com vistas a ausência de saneamento; verdadeiros focos insalubres, considerando as precariedades quanto a moradia; barreiras que impedem o desenvolvimento de sistemas viários; entre outros (SILVA, 2007).

De acordo com Amorim et al. (2009) o Brasil tem tentado acobertar sua falta de assistência governamental, permitindo que ocorram diversas situações negativas para o país, como: a promoção da exclusão social; geração de baixa renda per capita; geração de problemas ambientais por conta da aferição aos sistemas ambientais; permissão da ocorrência de violência em virtude da ausência e deficiência da segurança pública; geração de ensino insuficiente prejudicando a educação; geração de problemas na saúde pública. Para Souza e Lamounier (2010), nem mesmo as necessidades básicas, das quais deveriam ser atendidas por parte do governo, são saciadas, mesmo dado o elevado crescimento econômico brasileiro. Tudo isso, salientam Sachs (2001) e Gouveia (1999), tornam o Brasil um país extremamente injusto e subdesenvolvido o que conseqüentemente gera o aumento das periferias urbanas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que objetiva realizar uma análise a cerca de informações não quantificadas a cerca de migração e aumento da população nas periferias do oeste catarinense, analisando-se as possíveis explicações para este fenômeno social.

De acordo com Goldenberg (1997), a pesquisa qualitativa consiste em uma abordagem de pesquisa pela qual não há preocupações de ordem numérica, mas sim quanto a situações e aspectos reais dos quais não podem e não permitem ser quantificados. Na pesquisa qualitativa o enfoque é a compreensão e a explicação da dinâmica decorrente de relações de ordem social (MINAYO, 2001).

Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa considera a existência de uma relação dinamizada entre o indivíduo e o mundo real, sendo um vínculo que não pode ser dissociado entre a subjetividade do indivíduo e o mundo, o qual não permite que seja feita uma tradução em números.

Este estudo pode ainda ser caracterizado como uma pesquisa explicativa, uma vez que possui por intuito realizar a identificação de todos os fatores que podem influenciar na migração dos indivíduos para as periferias, explicando a razão disso.

Para Gil (2007) a pesquisa explicativa propõe-se a realizar a identificação de todos os fatores que podem contribuir ou que podem determinar a ocorrência do fenômeno a ser estudado. Desta forma, pode-se afirmar que este tipo de estudo promove uma explicação das situações por meio de resultados já fornecidos.

Por se tratar de um estudo embasado em materiais bibliográficos já disponíveis, a presente pesquisa pode também ser caracterizada como sendo bibliográfica. De acordo com Fonseca (2002), uma pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais bibliográficos anteriormente analisados, estudados e publicados. Estes materiais podem ser revistas, livros, artigos científicos, entre outros.

De acordo com o autor, todos os trabalhos científicos necessitam de uma pesquisa bibliográfica para que o tema a ser abordado seja conhecido pelo pesquisador. No entanto, Fonseca (2002) destaca que existem as pesquisas científicas que são baseadas, unicamente, em bibliografias existentes.

De acordo com Doxey e De Riz (2002), em uma pesquisa qualitativa os sujeitos e amostras devem ser selecionados pelo pesquisador de acordo com o problema da pesquisa em análise.

O presente estudo foi desenvolvido partindo-se pela busca de materiais relevantes sobre o tema em análise. Para isto, foram utilizados meios de busca eletrônicos, bibliotecas, e documentos que pudessem provocar a agregação de dados interessantes para o estudo.

Posteriormente, as informações adquiridas foram analisadas para que possíveis conclusões a cerca da população integrante e migrante, bem como sobre a ampliação de favelas e periferias pudessem ser obtidas.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO OESTE CATARINENSE**

Para Silva et al. (2003), o desenvolvimento econômico da região oeste de Santa Catarina está estritamente ligado ao setor da agricultura e pecuária. Os autores afirmam que a região é caracterizada por ser composta, predominantemente, de unidades familiares pequenas que desenvolvem atividades agropecuárias bastante diversificadas.

Silva et al. (2003) afirmam que por meio das unidades familiares localizadas na região é que se tornou possível o desenvolvimento da agropecuária e também da indústria, caracterizando o oeste catarinense como um grande polo agroindustrial do Brasil, focado nas atividades de avicultura, suinocultura e produção de grãos para a alimentação dos animais. A indústria do oeste catarinense é composta, principalmente, pela presença de frigoríficos e abatedouros.

Neste contexto, pode-se afirmar que a região oeste de Santa Catarina possui a sua economia sustentada, basicamente, pelas atividades agropecuárias e industriais, onde o setor industrial é destinado a realização das transformações dos seus produtos (TESTA et al., 1996).

Com o passar do tempo, no entanto, o setor industrial têm ocupado uma posição mais importante na economia da região, fazendo com que estas ganhem cada vez mais espaço de acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (BRASIL, 2010).

#### 4.2 A MIGRAÇÃO, O ÊXODO RURAL E O AUMENTO DAS PERIFEIRAS NA REGIÃO

Com a movimentação e as alterações que ocorreram, com o passar do tempo, no setor econômico da região oeste catarinense, a agricultura passa a enfrentar problemas que não existiam, anteriormente (MELLO, 2006). Em um passado nem tão distante, o único desejo dos filhos de agricultores era permanecer na zona rural e seguir com os negócios da família. No entanto, com a alteração do setor econômico da região, muitos jovens filhos de agricultores rejeitam cegamente a esta ideia, principalmente aquelas do sexo feminino. Para eles, a vida na cidade permite que os horários de trabalho sejam fixos, de modo que não seja necessária a permanência no ambiente de trabalho por mais de oito horas diárias. Além disso, a retribuição financeira é predefinida, e estes contam com a retribuição que sempre chegará na mesma quantia em um determinado período do mês. Para estes, a realização das atividades agrícolas não são valorizadas, sendo mal remuneradas e, ainda, difíceis de serem executadas, sendo caracterizadas, por diversas vezes, como sendo penosas (MELLO, 2006).

Mello (2006) afirma que a agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina vem sofrendo alterações de ordem econômica e social. Estas alterações, no entanto, levam a economia da região a crise. Esta, segundo o autor, pode ser constatada perante os elevados índices de migração rural que vem ocorrendo nos últimos anos. Além disso, esta crise tem resultado no empobrecimento dos indivíduos residentes das áreas rurais, resultando, ainda, no despovoamento de muitos locais nestas áreas, bem como, no envelhecimento da população que ali permanece.

Para Testa et al. (1996) a região oeste de Santa Catarina vem passando por uma crise socioeconômica, e o aumento nas taxas de êxodo rural e regional, tem a caracterizado, permitindo ainda constatar que a principal afetada é a agricultura familiar.

De acordo com Silva et al. (2003), perante a análise e o estudo dos movimentos migratórios desenvolvidos na região oeste de Santa Catarina, pode-se afirmar que, em meados da década de 80 a região era caracterizada pela ocorrência de uma urbanização bastante intensa. Já em meados da década de 90, observou-

se, além de uma redução significativa do crescimento da área urbana, uma intensa desocupação de áreas rurais.

Silva et al. (2003) destacam que o município de Chapecó, apesar de também apresentar grande perda de população nas áreas rurais, tem apresentado a capacidade de acolher considerável parte desta população migrante, incluindo toda a região, em sua economia urbana. Isto ocorre porque Chapecó é considerado o maior centro do oeste catarinense, sendo ainda, o polo de instalação de grande parte das indústrias - frigoríficos e abatedouros - da região.

De modo geral, pode-se afirmar que a região oeste do estado tem se caracterizado por apresentar um aumento nas concentrações da população nas áreas urbanas, especialmente nos municípios que concentram grande parte das indústrias de transformação.

Silva et al. (2003) destaca que a síntese econômica da região envolve aproximadamente 20 municípios, sendo esta concentrada, principalmente, em apenas 2 deles - Joaçaba e Chapecó. Isto pode ser afirmado observando-se o fato de que o acolhimento dos migrantes é realizado, em massa, apenas nas microrregiões de ambos municípios, sendo extremamente inferior nas demais cidades que compõe a região. De acordo com os autores, entre 1991 e 1996, o município de Chapecó acolheu, sozinho, aproximadamente 20% da população migrante.

Observando-se os dados dos últimos censos realizados pelo IBGE, apresentados na Tabela 1, pode-se constatar que em 1980 a população das áreas rurais ainda era maior do que aquela das áreas urbanas. No entanto, com o passar dos anos, este fato tem se invertido, fazendo com que, cada vez mais, a população urbana fosse maior do que a população rural. Diante dos dados apresentados, fica evidente que o êxodo rural no este catarinense foi intensificado a partir dos anos 90.

Considerando os dados obtidos no último censo realizado pelo IBGE no ano de 2010 (Tabela 1), constata-se que a região oeste era composta por um total de 601504 habitantes, sendo que destes, 73% residiam em áreas urbanas naquele ano.

**Tabela 1 - Participação da população residente por localização do domicílio no oeste catarinense entre os anos de 1980 e 2010.**

Ano	População total	Localidade	
		Urbano (%)	Rural (%)
1980	433385	35,8	64,2
1991	496468	51,9	48,1
2000	543049	64,4	35,6
2010	601504	73,1	26,9

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Diante das grandes quantias de fluxos migratórios ocorridos nos últimos anos para os centros urbanos, muitos são os problemas enfrentados nestes locais. O aumento da população urbana e a redução dos gastos destinados as melhorias da infraestrutura tem resultado em um grande problema social vivenciado pelas populações de baixa renda: a expansão das periferias.

Para Lemos e Amaral (2014, p. 5)

A favelização é produto de condicionantes sociais, econômicos, biológicos, jurídicos, históricos, geográficos, entre outros, que ocorrem de maneiras distintas em cada território, e que conseqüentemente, resulta em diferentes estruturas morfológicas e dinâmicas urbanas.

De acordo com Dartora (2002), a parcela da população que se desloca para os centros urbanos, geralmente, não possui emprego, e, em virtude disso, aumentam as taxas de desemprego da região, fazendo com que, de certo modo, os processos de favelização sejam intensificados.

De acordo com Priori et al. (2012), o oeste catarinense tem se destacado pelos elevados índices de êxodo rural em virtude da ausência de políticas regionais estimuladoras do desenvolvimento urbano e rural. Este fator tem sido o principal contribuinte para a ampliação da crise urbana, que é caracterizada pelo desemprego, a favelização e a criminalidade da região. Do mesmo modo, Facco et al. (2014) afirmam que a região oeste é fortemente influenciada pelas agroindústrias, fazendo com que o desenvolvimento e a expansão agroindustrial tenham resultado em alterações e modificações nos espaços.

Devido a uma série de fatores como o crescente aumento populacional e a falta de recursos públicos e também de planejamento para um desenvolvimento organizado, os municípios acabaram se expandindo de maneira bastante

desordenada. De acordo com Turnes (2008), as consequências do crescimento desenfreado do espaço e da demografia da região podem ser facilmente constatados perante as suas consequências: desemprego, aumento do tráfico de drogas, elevados índices de criminalidade, pobreza e, principalmente, favelização. Apesar da grande quantidade de problemas, os centros urbanos continuam sendo o destino preferido da maior parcela de migrantes, e, de acordo com o autor, esta tendência deve permanecer por décadas.

Para Turnes (2008), um dos fatores sociais, políticos e econômicos mais relevantes da atualidade gira em torno das dificuldades enfrentadas para a garantia da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que habitam as regiões mais fragilizadas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do estudado, pode-se afirmar que os fluxos migratórios não são fenômenos oriundos apenas dos grandes centros, uma vez que ocorrem na região oeste do estado de Santa Catarina que é composta, em sua maioria, por pequenos municípios.

As pequenas cidades do estado de Santa Catarina possuem a economia sustentada por atividades agrícolas, agropecuárias e agroindustriais, e este pode ser um fator influente nas taxas migratórias da região. Neste local os fluxos migratórios são decorrentes, principalmente, do êxodo rural e da atração provocada pelas grandes agroindústrias instaladas que fornecem emprego.

No entanto, a ocorrência destes fluxos tem promovido a criação das cidades ilegais definidas por D'Ottaviano et al. (2008) – as periferias -, sendo estas os locais escolhidos para a habitação das populações de baixa renda que ali aparecem em virtude de seus fluxos migratórios.

Pode-se afirmar que, certamente, os municípios não possuem infraestrutura adequada para receber as imensas quantidades de pessoas oriundas do campo. Em virtude disso, estes têm se desenvolvido de maneira bastante desuniforme e descontínua, fazendo com que a qualidade de vida das pessoas seja afetada.

## REFERÊNCIAS

- ABUD, D. L.; MORAES, I. S.; SILVA, P. O.; BARROSA, R. P.; SANTOS, V. C. **Migração de retorno: entre significados e materialidades**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP. Caxambú, 2008.
- AMORIM, L. KUHN, M.; BLANK, V. L. G.; GOUVEIA, N. Saúde ambiental nas cidades. **Tempus**. v. 4, n. 4, 2009. p. 111-120.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.
- BAENINGER, R. (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Unicamp: Brasília, 2010.
- BRASIL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) - Oeste Catarinense**. SDT/MDA, 2010. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio066.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio066.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2017.
- DARTORA, V. **Produção intensiva de leite à base de pasto: processamento, transformação e comercialização como alternativa para agricultura familiar de pequeno porte**. (Dissertação de Mestrado) Mestrado em Agro ecossistemas. 187 f. 2002. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.
- DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.
- D'OTTAVIANO, M. C. L.; SILVA, S. L. Q.; MATSUMOTO, R.; MESSIAS, E. V.; FALLANI, A. E. B.; GRITTI, S. E. A. **O estatuto da cidade e a regularização urbanística e fundiária: novas possibilidades de inclusão social?** XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, 2008. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008\\_1006.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1006.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2017.
- DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002.
- FACCO, J.; FUJITA, C.; BERTO, J. L. Agroindustrialização e urbanização de Chapecó-SC (1950-2010): uma visão sobre os impactos e conflitos urbanos e ambientais. **Rev. Des. Regional**. v. 19, n. 1, 2014. p. 187-215.
- FERRARI D. L.; RAMOS, P. Agricultura familiar e trabalho no espaço rural de Santa Catarina. **Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora, 2003.
- FLORES, S. M. L. **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: Conacyt e Miguel Ángel Purrúa, 2010.

- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GIL, C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GONÇALVES, J. A. Migrações internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**. v. 15, n. 43, 2001.
- GOUVEIA, N. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. **Saúde e Sociedade**. v. 8, n. 1, 1999. p. 49-61.
- IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, 1980.
- LEMOS, M. E.; AMARAL, M. N. **Favelas: os paradoxos na cidade (in)formal**. 2º Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento Área Temática: Planejamento territorial, planejamento urbano. Florianópolis, 2014.
- MARQUES, A. R. C. Educação e Exclusão: o fenômeno de favelização. In: **Anais do VII Congresso Nacional de educação - EDUCERE**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2007.
- MARTINS, K. G. **Expansão urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: o caso brasileiro**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Bacharel em Gestão Ambiental. 65 f. 2012. Universidade de Brasília - UNB. Planaltina, 2012.
- MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. **Geografias**. v. 8, n. 1, Belo Horizonte. 2012. p. 7-23.
- MELLO, M. A. **Transformações sociais recentes no espaço rural do oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato**. XLIV Congresso da Sober - Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 2006.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MUELLER, C. C.; MARTINE, G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - A década de 1990. **Revista de Economia Política**. v. 17, n. 13, 1997.
- OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em perspectiva**. v. 19, n. 4, 2005. p. 134-143.

PEQUENO, R. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-especiais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. **Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia Y Ciencias Sociales**. v. 12, n. 270, 2008.

PERDOMO, R. P. Os efeitos da migração. **Ethos Governamental**. 2006.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. **A modernização do campo e o êxodo rural**. Maringá: Eduem, 2012.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2003.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REPÓRTER BRASIL. **Migração: O Brasil em movimento**. 2012. Disponível em: <[http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/10.-caderno\\_migracao\\_baixa.pdf](http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/10.-caderno_migracao_baixa.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2017.

RIBEIRO, W. C. Impactos das mudanças climáticas em cidades no Brasil. **Parcerias Estratégicas**. n. 27, Brasília, 2008.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estudos**. n. 89, 2011. p. 89-109.

SACHS, Y. Brasil rural: da descoberta à reinvenção. **Estudos Avançados**. v. 15, n. 43, 2001.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

SERPA, A. Periferização e metropolização no Brasil e na Bahia: o exemplo de Salvador. **GeoTextos**. v. 3, n. 1, 2007. p. 31-46.

SILVA, F.C. A.; HEIDEN, F. C.; AGRUIAR, V. V. P.; PAUL, J. M. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2. ed. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.

SILVA, K. O. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. **Revista Urutágua**. n. 11, Maringá. 2007. p. 1-10.

SILVA, A. S.; SANTOS, M. C. Crescimento e desenvolvimento sob o olhar da periferia em Santo Antônio de Jesus - BA. **II Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia**, 2011.

SOARES, P. R. R. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no sul do Brasil. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço**. 1 ed. Expressão Popular: São Paulo, 2006.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

TESTA, V. M.; NADAL, R.; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Epagri, 1996.

TOMASI, E.; BARROS, F. C.; VICTORIA, C. G. Situação sócio-econômica e condições de vida: comparação de dias coortes de base populacional no Sul do Brasil. **Cad. Saúde Públ.** n. 12, Rio de Janeiro. 1996. p. 15-19.

TURNES, V. A. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 4, n. 1, 2008.p. 155-194.

VINHOLI, A. C.; MARTINS, P. Agricultura urbana e êxodo rural. **Revista de Ciências Sociais**. v. 43, n. 1, Fortaleza. 2012. p. 66-79.